

3 — Desenvolvimento para Internet, incluindo Javascript, HTML5, na perspetiva *Mobile Friendly*.

B) Perfil de competências:

Experiência profissional comprovada nas áreas indicadas;
Autonomia, iniciativa, organização e sistematização;
Gosto pelo trabalho em Equipa.

IV — Local de trabalho: Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas (ADSE), sito na Praça de Alvalade, 1749-001 Lisboa.

V — Prazo e formalização da candidatura: Os interessados/as deverão, no prazo de 15 dias úteis contados da data de publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP), formalizar a sua candidatura através de requerimento dirigido ao Diretor de Serviços da Direção de Serviços Administrativos e Financeiros, Divisão Administrativa e Logística (DAL) com a menção expressa da modalidade de relação jurídica que detém, da carreira/categoria, da posição e nível remuneratórios, e o respetivo montante remuneratório, contacto telefónico e email, acompanhado de *Curriculum Vitae* atualizado, datado e assinado, e fotocópia do documento comprovativo das habilitações literárias.

VI — Apresentação da candidatura: A candidatura deve ser obrigatoriamente identificada com a menção «Recrutamento por Mobilidade Interna» com a indicação expressa do número do aviso publicado no *Diário da República* ou na BEP e deverá ser enviada por correio com aviso de receção ou entregue pessoalmente na Divisão Administrativa e Logística (DAL/RH), da Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas (ADSE), Praça de Alvalade, n.º 18, 1748-001 Lisboa.

VII — Remuneração: Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para o ano de 2015, a remuneração é efetuada pela posição remuneratória correspondente à situação jurídico-funcional de origem em que o trabalhador se encontra.

VIII — Métodos de Seleção:

A seleção dos candidatos será efetuada com base na análise curricular, podendo ser complementada com uma eventual entrevista profissional de seleção.

A referida análise curricular tem carácter eliminatório, apenas os candidatos pré selecionados serão contactados para a realização da referida entrevista profissional de seleção.

A presente oferta de emprego será publicada na BEP, até ao 2.º dia útil seguinte à presente publicação e estará disponível na página eletrónica da ADSE, em www.adse.pt.

Mais esclarecimentos poderão ser obtidos pelos telefones n.ºs 21005 9978/210059979, Direção de Serviços Administrativos e Financeiros, Divisão Administrativa e Logística (DAL).

25 de novembro de 2016. — O Diretor-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas (ADSE), *Carlos Baptista*.

210114042

PLANEAMENTO E DAS INFRAESTRUTURAS

Gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas

Despacho n.º 141/2017

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo a licenciada Liliana Rodrigues Duarte Neves de Andrade para exercer funções de técnica especialista no meu Gabinete, do quadro da Infraestruturas de Portugal, S. A.

2 — Para efeitos do disposto na alínea *d*) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a designada desempenhará funções na área da sua especialidade, no setor dos transportes.

3 — A designada opta pelo estatuto remuneratório correspondente às funções que exercia na origem, ao abrigo do n.º 8 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.

4 — Os encargos com a remuneração da designada são assegurados pelo respetivo serviço de origem, nos termos do n.º 12 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.

5 — Para efeitos do disposto na alínea *a*) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

6 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do mencionado decreto-lei, o presente despacho produz efeitos a 2 de dezembro de 2016.

7 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

19 de dezembro de 2016. — O Secretário de Estado das Infraestruturas, *Guilherme Waldemar Goulão dos Reis d'Oliveira Martins*

Nota curricular

1 — Dados pessoais

Nome: Liliana Rodrigues Duarte Neves de Andrade.

Data de nascimento: 10 de agosto de 1973.

2 — Habilitações e atividade académica:

Licenciada em Engenharia Geológica pela Universidade Nova de Lisboa — Faculdade de Ciências e Tecnologia, em 1998;

Em 2008 concluiu o curso de pós-graduação em Gestão e Estratégia Empresarial pelo Instituto Superior de Línguas e Administração.

3 — Experiência profissional:

Entre 1999 e 2001 desempenhou a função de engenheira geóloga na elaboração de estudos geológico-geotécnicos em empresa de Estudos Geológico-Geotécnicos e Ambientais;

Integra desde 2001 o quadro da IP — Infraestruturas de Portugal (anteriormente designada de REFER, Rede Ferroviária Nacional, E. P.) desempenhando funções de técnico na Direção de Engenharia;

Desde 2008 integrou a IP Engenharia (anteriormente designada de REFER Engineering) onde desempenhou funções de chefe de projeto na Direção de Estudos e Projetos, tendo a seu cargo a coordenação de estudos e projetos na área ferroviária, bem como a gestão de contratos;

Entre 2015 e 2016 colaborou na área do planeamento rodoferroviário e na coordenação de estudos e projetos, ao nível da Direção de Estudos e Projetos da IP Engenharia. Integrou a equipa de implementação do Sistema de Gestão Integrado (SGI) da IP Engenharia (IPE) de acordo com os requisitos da norma NP EN ISO 9001;

É membro efetivo da Ordem dos Engenheiros, Colégios Geológica e de Minas.

210115169

ECONOMIA

Direção-Geral das Atividades Económicas

Aviso (extrato) n.º 93/2017

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), torna-se público que, após a conclusão do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de 2 postos de trabalho da carreira e categoria de técnico superior do mapa de pessoal da Direção-Geral das Atividades Económicas, aberto pelo Aviso n.º 6489/2016, de 23 de maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 99, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na carreira e categoria de técnico superior com o trabalhador Nuno António Ribeiro Pacheco, tendo ficado posicionado na 2.ª posição remuneratória e no nível 15, previstos na tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro.

Para efeitos do disposto nos artigos 45.º e 46.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o júri do período experimental terá a seguinte composição:

Presidente: Francisco Jorge Varajão Escoval, chefe de divisão das Contrapartidas da Direção-Geral das Atividades Económicas.

Vogais: Cecília Maria Antunes Luís Sanches e Gracinda Rodrigues Olim Marote, ambas técnicas superiores da Direção-Geral das Atividades Económicas.

O período experimental inicia-se com a celebração do contrato e tem a duração de 180 dias, nos termos previstos nos artigos 49.º e 51.º e no artigo 9.º do preâmbulo da LTFP, em conjugação com a cláusula 6.ª do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009, de 28 de setembro.

19 de dezembro de 2016. — O Diretor-Geral, *Artur Manuel Reis Lami*.
210111126

Direção-Geral de Energia e Geologia

Édito n.º 3/2017

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do artigo 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Elétricas, aprovado pelo